

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Marcia Bertotti Colasso

**Agricultura Familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município  
de Itaiópolis - SC.**

Mafra  
2020

**Marcia Bertotti Colasso**

**Agricultura Familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no  
município de Itaiópolis - SC**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo – área de conhecimento Ciências da Natureza e Matemática.

Orientador: Prof. Sílvio Domingos Mendes da Silva,  
Dr.

Mafra

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da  
Biblioteca Universitária da UFSC.

Colasso, Marcia Bertotti Colasso

Agricultura familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município de Itaiópolis SC / Marcia Bertotti Colasso Colasso ; orientador, Sílvio Domingos Mendes da Silva, Dr. Domingos Mendes da Silva, 2.020. 54 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências de Educação, Graduação em Educação do Campo, Florianópolis, 2.020.

Inclui referências.

1. Educação do Campo. 2. Agricultura familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município de Itaiópolis SC. I. Domingos Mendes da Silva, Sílvio Domingos Mendes da Silva, Dr.. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Educação do Campo. III. Título.

Marcia Bertotti Colasso

Agricultura Familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município de  
Itaiópolis SC

Este Trabalho Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Título de  
Licenciado em Educação do Campo e aprovado em sua forma final.

Florianópolis, 30 de janeiro de 2020.

---

Profa. Adriana Angelita da Conceição, Dra.  
Coordenador do Curso

**Banca Examinadora:**

---

Prof. Sílvio Domingos Mendes da Silva, Dr.  
Orientador(a)  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Profa. Adriana Angelita da Conceição, Dra.  
Avaliadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Marcelo Gules Borges, Dr.  
Avaliador  
Universidade Federal de Santa Catarina

Este trabalho é dedicado a todos que contribuíram para sua realização, aos meus queridos pais, minha filha, colegas de turma e professores.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao curso de Licenciatura em Educação do Campo por ter proporcionado a oportunidade de retomar os meus estudos oferecendo um curso pensado e estruturado para favorecer os povos do campo na região do planalto norte catarinense. Estes quatro anos de muito aprendizado proporcionaram-me olhar para o município no qual moro e compreender o significado que é ter uma educação pública, gratuita e de qualidade nos lugares muitas vezes esquecidos e “invisíveis” aos olhos dos governos.

Este trabalho representa o término de uma etapa e também o sentimento de continuidade de lutas populares que não pouparam esforços na busca fazer valer os direitos para seus povos. Aos povos do campo, águas e florestas por sua imensa coragem de lutar pelos seus, e não desistirem, mas, sim resistirem.

Quero deixar aqui meu profundo agradecimento os meus pais Maria e Nirto, a minha filha Camily que me apoiaram e me incentivaram nos momentos que mais precisei; aos meus colegas de turma por fazer com que as aulas tivessem um sentido todo especial pelo fato de estar com vocês.

Meu agradecimento é também para meus professores, a todos que contribuíram para meu crescimento pessoal e profissional, obrigada por tanta dedicação para enfrentar as dificuldades e estarem na sala de aula e me mostrar um imenso conhecimento que não fazia ideia que existia.

## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso trata de questões relacionadas à produção de alimentos para merenda escolar no município de Itaiópolis, Santa Catarina (SC), na busca por compreender o processo de compra dos alimentos da agricultura familiar pela prefeitura municipal. A pesquisa foi realizada através de leituras bibliográficas e pesquisa de campo, com entrevista semiestruturada com nutricionista do município e roda de conversa com os agricultores que plantam para a merenda escolar. O objetivo é compreender o processo e as relações de compra e venda e produção dos alimentos. Foi possível conhecer que o município de Itaiópolis produz alimentos com grande diversidade e condições de fornecer merenda escolar suficiente e com qualidade, mas que nem sempre isso acontece, pois o desconhecimento dos trâmites operacionais, a burocracia e a mão de obra são fatores importantes que dificultam o acesso dos agricultores familiares ao mercado, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

**Palavras-chave:** Merenda Escolar. Produção de alimentos. Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

This Final Paper deals with issues related to the production of food for school lunch in the municipality of Itaiópolis, Santa Catarina (SC), trying to understand the process of buying food from family agriculture by the city hall. The research was carried out through bibliographic readings and field research, with semi-structured interviews with a local nutritionist and conversations with farmers who produce food used in the school lunch. The objective is to understand the process of buying, selling and producing food and the relationship between the small farmers and the town. It was possible to learn that the municipality of Itaiópolis produces food with great diversity and has conditions to provide sufficient school lunch with quality, but that does not always happen, because of the lack of knowledge of operational procedures, the bureaucracy and the lack of work force are important factors that hinder the access of small farmers to the market under the Programa Nacional de Alimentação Escolar, (PNAE), the National School Feeding Program.

**Keywords:** Keyword 1 School lunch. Keyword 2 Food production. Keyword 3 Family Agriculture.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Mapa afetivo do município de Itaiópolis

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Valor diário destinado a alimentação escolar de acordo com a UEx

Quadro 2: Produto fornecido para merenda escolar, sua respectiva localidade e distância da sede do município de Itaiópolis-SC

Quadro 3: Alimentos distribuídos para merenda escolar no município de Itaiópolis SC

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

ATER - Assistência Técnica em Extensão Rural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAE - Conselho de Alimentação Escolar

CEI - centros de educação infantil

CME - Campanha de Merenda Escolar

CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf

EAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina

EEx - Entidades Executoras

FAO/ONU - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FETRAF-SC - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar em Santa Catarina

FISI - Fundo Internacional de Socorro à Infância

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITR - Imposto Territorial Rural

MCR - Microcrédito Rural

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PIB - Produto Interno Bruto

PMA - Programa Mundial de Alimentos

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONAF - Programa Nacional de Agricultura Familiar

PROVAP - Programa de Valorização de Pequena Produção Rural

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

TC - Tempo Comunidade

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UEx - Unidades Executoras das Escolas

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNIPAFI - Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar de Itaiópolis

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA...</b>	14
1. INTRODUÇÃO .....	16
1.1. OBJETIVO GERAL .....	19
1.2. METODOLOGIA .....	20
<b>CAPÍTULO I.....</b>	21
<b>A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E A IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS .....</b>	21
2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A ALIMENTAÇÃO .....	21
2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	25
2.2 PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR.....	27
2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR .....	29
<b>CAPÍTULO II.....</b>	34
<b>AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR EM SANTA CATARINA.....</b>	34
<b>CAPÍTULO III.....</b>	38
<b>ITAIÓPOLIS: PRODUÇÃO FAMILIAR E MERENDA ESCOLAR.....</b>	38
<b>3 Itaiópolis em dados .....</b>	38
3.2. Dados Escolares de Itaiópolis.....	41
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	51

## **APRESENTAÇÃO DA AUTORA E MOTIVAÇÕES PARA A PESQUISA**

Sou acadêmica do curso de Licenciatura em Educação do Campo nas áreas de atuação em Ciências da Natureza e Matemática, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Moro no município de Itaiópolis - SC, na região do Planalto Norte de Santa Catarina. Sou mãe de uma adolescente que estuda em uma escola de educação básica na rede municipal de ensino.

O curso de Educação do Campo aproximou-me mais do meu município por trazer em debate a Agricultura Familiar e suas especificidades que é muito presente na minha realidade. Morei na roça quando criança até sete anos de idade e minha mãe e meu pai são filha e filho de agricultores e plantavam fumo, alimentos e possuíam criação de animais para consumo próprio. Mesmo depois de sair de lá continuei tendo contato com o local porque parte da família continuou morando e trabalhando no campo.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo, o qual nasceu das lutas dos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), trouxe políticas públicas para uma educação que atendesse as especificidades dos povos do campo, que inclui os povos das águas e das florestas, reconhecendo o campo como um local de vida, produção da vida, resistência, permanência e sentimento de pertença. O curso de Educação do Campo funciona na perspectiva da Pedagogia da Alternância, divididos em dois principais momentos o Tempo Universidade (TU) e o Tempo Comunidade (TC). O primeiro consiste em períodos de aulas concentrados na universidade e o segundo é o período em que os estudantes voltam para o território e desenvolvem atividades no local onde moram.

Desde o início do curso um dos principais assuntos de debate em sala de aula foi Agricultura Familiar em vários aspectos (lutas, sobrevivência, políticas públicas, juventude no campo, questão geracional, produção, entre outros). Logo no primeiro semestre de 2016 iniciamos uma pesquisa para conhecer o município. A cada pesquisa realizada me aproximei mais do lugar ao qual pertencemos e que percebi conhecia mal.

Itaiópolis tem a agricultura como forte aliada da economia e durante uma pesquisa realizada na prefeitura junto ao setor de bloco de notas para o trabalho de TC (Tempo Comunidade) no ano de 2016, tivemos a informação de que 70% a 80% de arrecadação de impostos que o município possui vem da agricultura. Este fato é comum ouvir comentários nas ruas, na fila do banco, no supermercado entre outros, os agricultores falarem de sua realidade.

Em busca de mais dados sobre a agricultura familiar do município, ainda no ano de 2016, o grupo de trabalho de TC procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e conversamos com o presidente do sindicato que nos relatou que o tamanho das propriedades têm em média 15 hectares por família, sendo que eram maiores com cerca de 25 hectares por família. Com o passar do tempo as propriedades foram sendo divididas com os filhos e por isso foram diminuindo. Estas pequenas propriedades de agricultura familiar possuem uma diversidade de produção e que segundo o entrevistado, precisa ser mais diversificada e a principal produção é a cultura do fumo, seguida por soja, milho, feijão, frutas e gado de leite. Esses dados se tratam da agricultura familiar.

O interesse por este tema começou quando ao realizar as pesquisas durante o Tempo Comunidade (TC), principalmente voltadas a agricultura familiar, obtive informações importantes sobre vários assuntos. Ao falar em produção, tipos de alimentos que eram produzidos nas propriedades e também comercialização eu não ouvi falar sobre produção de alimentos para merenda escolar e foi durante a escolha do tema que me questionei “por que não apareceu nas entrevistas e conversas o assunto Merenda Escolar?”, uma vez que os (as) agricultores (as) produzem vários tipos de alimentos para consumo próprio e para venda de excedentes. Por isso buscarei aprofundar o tema envolvendo Agricultura Familiar e Merenda Escolar que tem como título de pesquisa de TCC: *Agricultura Familiar e a produção de alimentos para merenda escolar no município de Itaiópolis-SC.*

## 1. INTRODUÇÃO

Considerando que a escola é um espaço de ensino/aprendizagem, quando se trata dos assuntos relacionados a alimentação é também na escola que os estudantes têm a oportunidade de desenvolver hábitos mais saudáveis que irão influenciar nas escolhas alimentares que promovem saúde e bem-estar. Como tudo é um processo de aprendizagem, a alimentação precisa ser trabalhada para que aconteça o desenvolvimento e neste caso a unidade escolar deve levar em consideração a realidade local e a cultura alimentar dos sujeitos.

A alimentação, além de ser uma necessidade básica para nossa sobrevivência, os hábitos alimentares e tudo que envolve o momento da alimentação, varia de acordo com cada contexto. A cultura de cada local influencia no modo de como a alimentação é servida, nos comportamentos à mesa que pode ser influenciado pela religião, por exemplo, (oração antes de se alimentar) até utensílios utilizados na hora de comer.

Simmel (2004) mostra que a alimentação é um processo biológico e extremamente individual e tem também um caráter cultural e social. Estar junto e comer acompanhado possibilita pela reunião em torno do alimento a ideia de comunhão, liberando uma enorme força socializadora. Força que para o árabe, conforme o autor, permite transformar um inimigo mortal ou um desconhecido em um amigo.

Para Visser (1998), poucas pessoas sentiram vontade de comer sempre sozinhas uma pausa no dia de trabalho que nos daria a oportunidade de escolher companheiros e conversar com eles, seria como uma desculpa para recriar nossa humanidade e nossos relacionamentos, assim como nossas forças

Segundo Carneiro (2003) a alimentação é um complexo simbólico de sistemas sociais, sexuais, políticos, religiosos, éticos e estéticos além de outros, para além de um processo orgânico é uma questão econômica, social e cultural.

Para Poulain (2006), por sua vez, a alimentação é submetida a pressões ecológicas do biótopo na qual está instalado determinado grupo e também a pressões biológicas que dizem respeito a nutrição, porém esta última deixa espaço a ser ocupado pela cultura, contribuindo para a socialização dos corpos e para a construção das formas de organizações sociais. Conforme afirma o autor:

A estrutura da jornada alimentar (número das tomadas alimentares, formas, horários, contextos sociais), a definição de refeição, sua organização estrutural, as modalidades de consumo (comer com a mão, com palitos, com garfo e faca...), a

localização das tomadas alimentares, as regras de colocação dos comensais[...], variam de uma cultura para outra e no interior de uma mesma cultura segundo os grupos sociais (POULAIN, 2006 p.256).

De acordo com os autores citados, percebe-se a cultura alimentar presente nos mais diferentes grupos sociais, cada qual com sua especificidade, assim quando comemos algo estamos exercendo também parte da nossa identidade cultural nos tipos de alimentos, na forma como ele é preparado, consumido e também produzido.

Não é difícil observar que hoje os hábitos alimentares estão mais voltados ao consumo de produtos industrializados que o capitalismo nos apresenta como sendo uma alternativa de aproveitar melhor o tempo que cada vez fica mais escasso devido as multitarefas do dia a dia, impossibilitando que as famílias se reúnam à mesa, por exemplo, para conversarem. A TV, o celular e outros aparelhos, nos distraem enquanto comemos. O Ministério da Saúde alerta-nos que “quando uma pessoa faz refeições com companhia, há uma tendência maior de prestar atenção no que está comendo, reduzindo excessos”. Segundo Abdala (2005), as refeições vão ganhando novas formas e conteúdos acompanhando mudanças sociais. Já o antropólogo Sidney Mintz nos diz que:

[...] comer é uma atividade humana central não só por sua frequência, constante e necessária, mas também porque cedo se torna a esfera onde o indivíduo se permite alguma escolha. Representa uma base que liga o mundo das coisas ao mundo das ideias por meio dos nossos atos. Assim, é também base para nos relacionarmos com a realidade (MINTZ 2001 p.32).

Vanessa Manfre (2016), afirma que as instituições educacionais são um espaço privilegiado porque acompanham as diversas fases do desenvolvimento desde a primeira infância que é onde se desenvolve e se moldam hábitos alimentares que repercutiram a vida toda. Na mesma linha, alguns especialistas defendem a alimentação como parte da proposta pedagógica, a formação de hábitos alimentares saudáveis deve estar relacionada com a cultura de cada local, assim como também os valores sociais e afetivos tornando assim parte do desenvolvimento integral dos estudantes.

Como se percebe, a alimentação está diretamente relacionada às questões culturais e locais. No que diz respeito a forma de como é produzido o alimento também varia de lugar para lugar, uma vez que cada local tem sua própria história e esta depende da influência da colonização, modos de organização (agricultura familiar), clima, solo entre outros fatores. A agricultura familiar e a escola tem uma relação que vai para além de a escola servir os alimentos que são produzidos por famílias que moram e trabalham no campo, está ligada também culturalmente e socialmente aos sujeitos que fazem parte de determinado contexto.

Culturalmente a alimentação se apresenta nas formas de como é servida, comportamentos a mesa, horários das refeições entre outros e socialmente por envolver sujeitos do campo que lutam por permanência, acesso a políticas públicas, melhores condições de vida e renda para a família. Para Seyfang (2009) o consumo e os consumidores, por sua vez passam a ser vistos como atores reflexivos e agentes políticos, conscientes de que o ato de consumir tem relação com a preservação do meio ambiente, a qualidade dos alimentos, a forma como estes são produzidos e os impactos sociais que podem estar gerando.

Para atender as necessidades alimentares da população, o mercado aposta nos produtos industrializados e pouco saudáveis, as prateleiras dos mercados sempre lotadas de alimentos que chamam a atenção pela praticidade que oferecem. Porém alimentos que fazem bem para a saúde como os que são produzidos pela agricultura familiar não conseguem ganhar um espaço nas prateleiras por existir muita burocracia impedindo a comercialização e fica impossível competir com grandes empresas alimentícias.

A legislação brasileira, seguindo essa prerrogativa, prevê que parte da merenda escolar de nossas escolas seja proveniente da agricultura familiar que, historicamente, é quem produz em concordância com as culturas locais. Neste trabalho pretendo associar as questões culturais, econômicas e de políticas públicas com o abastecimento das escolas por produtos locais.

Mediante o que expus acima, apresento como questões a serem respondidas na minha pesquisa a seguinte problemática: *no município de Itaiópolis existe uma quantidade considerável de agricultores familiares, porém, de fato, eles conseguem comercializar sua produção de alimentos para a merenda escolar conforme determina a legislação? Existe um programa da prefeitura local que compra dos agricultores seus produtos e tem um grupo, relativamente representado numericamente de agricultores familiares, que tem condições de oferecer produtos de qualidade para merenda escolar nas escolas do município, mas esse programa beneficia de fato as famílias que produzem esses alimentos?*

Para responder essas questões, elencamos duas possíveis hipóteses interpretativas, apresentadas a seguir:

1- Os agricultores familiares não têm conhecimento da legislação vigente e por isso deixam de comercializar sua produção para merenda escolar e dessa forma deixam de obter uma renda melhor com as vendas do que produzem na propriedade; muito provável que eles nem saibam que possam comercializar suas produções com o governo local, via PNAE.

2- O agricultor ao aderir ao programa que comercializa os alimentos das pequenas propriedades contribuiria para diversificação de produção, além de ajudar para a permanência dos filhos e filhas na propriedade, na diversidade cultural e popular.

Como justificativa para desenvolver essa temática neste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), aponto que a produção de alimentos pela agricultura familiar, para merenda escolar, abre uma oportunidade de renda para várias famílias do campo trazendo mercado para venda desses alimentos. A lei, nº 11.947/2009, determina que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação) devem ser destinados à compra de alimentos dos agricultores familiares, quilombolas, assentados da reforma agrária e povos indígenas.

Outra justificativa se dá pela questão cultural e local, pois ao incentivar a produção nos moldes regionais, o governo presta um serviço importante para a manutenção de diversos saberes e fazeres que muitas vezes só existe ali. Portanto, a contribuição cultural também se faz presente no processo de fornecimento de produtos locais para a merenda escolar.

Todos os estudantes das escolas públicas municipais e estaduais têm direito a uma alimentação de qualidade, também no espaço escolar. Entender o processo de aquisição dos alimentos que os estudantes consomem é importante uma vez que a alimentação traz benefícios na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Somado a esses aspectos, aponto também que ao elaborar este tema percebi que discutimos educação em seus diversos aspectos o tempo todo e esquecemo-nos da alimentação como um fator importante na escola e que não é dada a merecida importância como se não fizesse parte do contexto escolar. De tal forma que esta temática se justifica nas minhas pesquisas, no meu trabalho de Conclusão de Curso, ou seja, sendo possível o seu desenvolvimento no curso de Licenciatura em Educação do Campo no qual busco durante a formação entender e compreender o espaço escolar como um todo.

### 1.1. OBJETIVO GERAL

Compreender o processo de comercialização da merenda escolar em Itaiópolis – SC, identificando as dificuldades para a venda dos alimentos produzidos pelos(as) agricultores(as) neste mercado e as políticas públicas que tornam possíveis esta venda.

Para viabilizar a concretização deste objetivo geral, tenho como objetivos específicos, os seguintes:

- Levantar dados de produção de alimentos pelos agricultores familiares do município, assim como os motivos de sua adesão ou não ao programa.
- Caracterizar o perfil das famílias que participam da venda dos alimentos para merenda escolar;
- Levantar os motivos que fazem com que os agricultores não participem do programa de venda de produtos para merenda escolar;
- Pesquisar as formas que as informações do programa chegam aos agricultores familiares.

## 1.2. METODOLOGIA

A minha pesquisa é exploratória e qualitativa. Inicia-se com busca de dados e informações através de leituras em artigos publicados, e conversas pontuais com pessoas-chaves que me ajudam a entender essa questão, a saber: o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaiópolis, a pessoa responsável pelo setor administrativo do Sindicato de Produtores Rurais, uma pessoa que participa do Conselho de Alimentação Escolar (CAE), agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), uma nutricionista da prefeitura local, responsável pela merenda escolar, e trabalhadores rurais que participam ou participaram da produção e venda de seus produtos para merenda escolar, cinco famílias, aproximadamente 15 pessoas no total. Além dessas peças-chaves, busco dados no Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

Além dessas fontes, faço rodas de conversas com os agricultores e produtores locais. Essas conversas se realizam no município de Itaiópolis, área urbana e rural, dando ênfase a agricultura familiar. Após, com os dados obtidos, com anotações no caderno de pesquisas, conversas e entrevistas semiestruturadas, é o momento de sistematizar todas as informações obtidas. Devido às localidades serem longe uma da outra às conversas com os agricultores se realiza na sede da cooperativa, mediante data marcada com todos que puderem participar. A data sugerida pela presidenta da cooperativa é o dia 03/10/2019, a mesma data da reunião com os cooperados. No total compareceram cinco famílias, aproximadamente 15 pessoas.

A reunião possibilita a busca de dados sobre a distância das localidades da sede do município e também a produção fornecida por estes agricultores para a merenda escolar,

estes dados são importantes para o desenvolvimento do meu trabalho. A conversa com palavras chaves norteiam a conversa, como as questões relacionadas à produção, dificuldades enfrentadas individualmente e também na cooperativa, diversidade da produção entre outros assuntos que podem surgir durante a reunião.

Como recorte temporal, usaremos os últimos oito anos, período que compreende a criação de lei nº 11.947/2009 até o ano de desenvolvimento desta pesquisa.

## **CAPÍTULO I**

### **A AGRICULTURA FAMILIAR BRASILEIRA E A IMPORTÂNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS E PROJETOS**

Neste capítulo abordaremos sobre a agricultura familiar no Brasil. Nosso ponto de partida é dissertar sobre o contexto histórico da alimentação e fazer relação com o assunto aqui abordado. Complementarão essa parte do trabalho abordagem sobre os programas e projetos a nível nacional, estadual e municipal. A agricultura familiar no Brasil, o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e a Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), serão fundamentais para entendermos esse contexto.

#### **2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A ALIMENTAÇÃO**

A alimentação é uma condição básica para nossa sobrevivência. O consumo de alimentos existe há milhares de anos e durante cada período da história da humanidade os alimentos e a forma de como eles são produzidos e consumidos, também mudaram. Durante algum tempo na pré-história a espécie humana buscava seus alimentos pescando, caçando e coletando frutas, eram nômades e não cultivavam os alimentos. Com o passar do tempo aprenderam a cultivar, guardar as sementes para um novo plantio, colher, armazenar e preparar os alimentos.

Segundo Medved (1981) com as cruzadas, que tiveram início em 1096, milhares de peregrinos entraram em contato com o Oriente Médio, estabelecendo-se um intenso comércio. Na Idade Média as ervas e especiarias eram usadas para ostentar a nobreza. Durante os séculos XV e XVI, Portugal, Espanha e Veneza competiam pelo financiamento de viagens marítimas em busca de especiarias para apoderar-se deles. Essas viagens foram de grande importância para descoberta de novos alimentos além de demonstrar poder econômico do país que a realizavam. Durante a história o poder econômico e o monopólio do comércio passaram por muitos povos e nessas conquistas houve o intercâmbio de culturas, hábitos, culinárias e conhecimentos.

No Brasil as mudanças no padrão alimentar se deram através da Revolução Industrial e neste caso com a indústria alimentar. A Revolução Industrial teve início na Inglaterra no século XVIII e muitos motivos causaram este movimento como o fortalecimento da burguesia na Inglaterra, invenções de máquinas ( exemplo: máquina a vapor) o uso de fontes modernas de energia e o aperfeiçoamento de técnicas de produção partindo dos avanços tecnológicos e científicos. As indústrias criaram muitos empregos, pois o modo de produzir artesanalmente passou a ser de forma mecânica, trouxe crescimento na infraestrutura e transportes no país, entre outros fatores, por outro lado trouxe algumas consequências como o crescimento da população nos centros urbanos, trouxe também impactos ambientais voltados para a poluição dos rios, ar porque as indústrias despejavam os resíduos nos rios contendo produtos químicos.

A Revolução Industrial é um tema que necessita de um tempo maior de estudo, pois abrange diversos fatores que influenciaram o modo de produção que se estabelece até os dias de hoje, porém neste momento do desenvolvimento do meu trabalho se fez necessário este parágrafo sobre o assunto.

Os alimentos que até então eram produzidos artesanalmente e para suprir as necessidades da família, sem o intuito de ganhar dinheiro com vendas, exceto pela venda dos excedentes. Segundo Flandrini & Montanari (1996) os alimentos passaram da forma artesanal para serem produzidos por fábricas. A urbanização/industrialização foram fatores determinantes para modificar hábitos alimentares da população mundial (GARCIA, 2003). Também na mesma linha de raciocínio, Mezomo (2002) argumenta que a alimentação de hoje é profundamente diferente dos nossos antepassados, que viviam em contato com a natureza, alimentando-se de tudo que ela podia oferecer.

As leituras realizadas para este item do trabalho trouxeram-me lembranças de conversas com a minha avó que contou que produziam quase tudo que precisavam para se

alimentar em casa, como por exemplo, o açúcar e o melado. Ao retirar da cana de açúcar o caldo para fazer o melado aproveitava também para fazer o açúcar, e também plantavam tudo o que era possível. Guardavam as sementes de um ano para outro e compravam somente o que não conseguiam produzir por conta das condições climáticas e adaptação de planta. Neste parágrafo, trago minha experiência de conhecimentos adquiridos sobre a agricultura familiar ao longo do curso nas pesquisas de campo, durante o ano de 2016 no meu município.

O que ocorreu nos últimos anos, no que diz respeito à alimentação, foram transformações trazidas pela indústria alimentícia que redefiniu os hábitos alimentares dos brasileiros. Os produtos processados ganharam um importante espaço na vida das pessoas e com isso os alimentos carregados de tradição e cultura foram sendo esquecidos principalmente nos centros urbanos. As propagandas impulsionam o consumo e influenciam nas escolhas alimentares, por trazer a ideia de facilidade e praticidade. Os alimentos industrializados, contudo, estão sobrecarregados de gorduras, principalmente a gordura animal e açúcares, além dos alimentos refinados que comprovadamente influenciam no surgimento de doenças ou agravamento das já existentes, como a desnutrição, dislipidemias, obesidade e outras doenças crônicas não transmissíveis que estão fortemente ligadas às mudanças nas dietas alimentares da população.

Os alimentos estão mais pobres em minerais e vitaminas, segundo dados do Vigitel 2014 ( Inquérito que avalia fatores de risco para doenças crônicas) revelam que no Brasil temos, 50% de pessoas com sobrepeso, 17,5 % de obesidade, 6,9% de pessoas com diabetes e 24,1% de hipertensão, números estes que são representados em grande parte pelo enfraquecimento nos padrões alimentares tradicionais e o aumento de produtos ultra processados que levam adição de sal, açúcar, gorduras, realçadores de sabor e texturizadores. Podemos perceber que o cheiro e o sabor de alguns produtos que consumimos nos agradam muito, porém não fazem bem porque trazem em sua composição produtos químicos que são danosos a nossa saúde.

As doenças relacionadas com a má alimentação, segundo uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que foi publicada no site da Revista EXAME, em parceria com o Ministério da Saúde, datada de 2016, mostram que adolescentes seguem uma dieta de alto risco para problemas cardiovasculares, renais e obesidade. O trabalho de pesquisa tem por base estudantes de 12 a 17 anos de 1.247 escolas espalhadas pelo Brasil. O refrigerante é o sexto alimento mais consumido, em que somente

a metade toma em média cinco copos de água por dia e 80% consome sódio em excesso e todos ingerem menos vitaminas e cálcio do que é o recomendado.

Em 2019 o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgou um relatório mundial sobre a situação dos problemas relacionados à má alimentação entre crianças e adolescentes, no qual aponta que uma em cada três crianças com menos de cinco anos está desnutrida ou com sobrepeso no mundo ao todo cerca de 250 milhões. No Brasil, os índices chamam a atenção para o sobrepeso: uma em cada três crianças de 5 a 9 anos estão acima do peso, entre os adolescentes 17,1% estão com sobrepeso e 8,4% são obesos.

Várias medidas vêm sendo tomadas pelo governo na tentativa de reverter o quadro preocupante das escolhas alimentares principalmente entre crianças e adolescentes que se encontram em idade escolar. A escola como um ambiente de troca de conhecimentos e aprendizagens tem um papel importante na vida dos sujeitos. Alguns programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que incentivam e reconectam a agricultura familiar com a distribuição de alimentos mais saudáveis as escolas, proporcionando assim a contribuição para a alimentação saudável e incentivo de melhorar a renda da família do pequeno agricultor.

Ao falar em alimentação saudável se faz necessário mencionar o sistema de produção agroecológica Durante o curso de Licenciatura em Educação do Campo a questão da agroecologia foi tema de debate em sala de aula em vários momentos. O sistema de produção agroecológico permite que os alimentos sejam produzidos de forma saudável por não utilizar produtos químicos (veneno) nas plantas, e insumos que agridem o solo, preocupando-se também com a saúde do agricultor e sua família. Para Caporal e Costabeber (2002) que corroboram com a ideia de Gleissman (2001, p. 13) ao definir que “agroecologia nos faz lembrar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente (...) a oferta de produtos limpos isentos de resíduos químicos(...).

Os produtos orgânicos podem ser comprados para a merenda escolar no âmbito PNAE, no caso do município de Itaiópolis essa compra não é feita porque não existe a oferta para suprir a demanda. Segundo a nutricionista entrevistada no município algumas escolas possuem hortas escolares e que os alimentos cultivados ali são sem uso de agrotóxicos e que são usados para compor a merenda escolar, as escolas localizadas nas áreas rurais utilizam mais as hortas do que as situadas na área urbana.

É importante colocar aqui que o tema agroecologia é um tema extremamente abrangente por envolver diversos aspectos como saúde, política pública, questões sociais, econômicas, ambientais e culturais, e que sendo assim exige um aprofundamento maior,

concedendo um olhar mais delicado e atencioso como o tema precisa e merece ser estudado.

## 2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Quando se fala em Agricultura parece que se trata somente da produção de monocultura desenvolvida em grandes propriedades, todas com possibilidades de trabalhar com máquinas de tecnologia de ponta e pessoas que são contratadas para trabalhar com as plantações, assim como se vê nos meios de comunicação, principalmente na TV. A agricultura que quero tratar no presente trabalho é a agricultura familiar, responsável por boa parte de produção de alimentos como: arroz, feijão, batata, batata doce, verduras variadas, aipim, frutas entre outros. Os alimentos que proporcionam ao organismo humano, a possibilidade de se manter vivo e obter energia através dos nutrientes que ingerimos durante as refeições, sendo de grande importância para que os seres humanos possam desenvolver as atividades do dia a dia, sendo que estes podem ser industrializados ou naturais.

A maioria desses alimentos é produzida sem a utilização de maquinário em propriedades pequenas em que toda a família trabalha para obter renda e se manter no lugar que nasceram e cresceram. Agricultura Familiar responde por uma parte importante no abastecimento de alimentos interno. Segundo dados do Censo Agropecuário 2017, 77% dos estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar, ocupando uma área de 80,9 milhões de hectares, representando 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. O censo de 2017 diz que a agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas representando 67% das pessoas ocupadas na agropecuária, à agricultura familiar foi responsável por 23% do valor total da produção dos estabelecimentos agropecuários.

Ao falar em produção de alimentos vem logo à ideia das grandes indústrias de alimentos, com máquinas modernas, muitas pessoas trabalhando formalmente em grandes polos industriais urbanos e é mais fácil pensar que os alimentos estão nas prateleiras dos supermercados, na mercearia do bairro perto de casa, em feiras nas praças das grandes e pequenas cidades e que basta, portanto, ter dinheiro para ter acesso a eles. As ações do governo para a agricultura sempre estiveram voltadas para o aumento da produtividade com foco na lucratividade, sem dar a devida importância a uma parte da população que mora e trabalha em áreas rurais em pequenas propriedades.

Essa produção está pautada na agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos, com consequências ambientais e sociais, como a marginalização de grande parte dos produtores rurais e aumento de pobreza no campo (Friedmann, 2000).

Também de acordo com Friedmann (2000) as especificidades do modelo de agricultura familiar foram por muito tempo invisibilizadas no Brasil quando o assunto era formulação de políticas públicas. A política agrícola brasileira foi sempre pensada na perspectiva de aumento de produção, mecanização e modernização de grandes propriedades do setor do agronegócio em que predomina o modelo patronal de agricultura, com o intuito de exportar cada vez mais.

A agricultura familiar começou a se organizar e conquistar maior espaço nas negociações políticas a partir do fim de ditadura militar no meado da década de 80. As organizações eram feitas por trabalhadores rurais e pequenos produtores que se uniram para buscar melhores condições de vida e de trabalho no campo. Destas lutas houve uma importante conquista para o setor com a criação do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), sendo este uma das principais políticas públicas voltada para a agricultura familiar no Brasil. Esta política favoreceu de fato o pequeno produtor e criou condições para o acesso a linha de crédito com critérios bem definidos.

O Pronaf surgiu com vistas à distribuição de recursos a produtores agrícolas com maior dificuldade de acesso às fontes convencionais de crédito, mas também tinham em sua estrutura normativa linhas de apoio a capacitação técnica e investimentos em infraestrutura municipal para a atividade agrícola (SILVA, 2011). Com o PRONAF em funcionamento, foi possível que outros programas e ações surgissem, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater).

Outro fato institucional importante para o setor foi a criação da Lei nº 11.326/2006 para Agricultura Familiar e Empreendedores Rurais que fortalece as políticas públicas para este setor. Essa lei estabeleceu “conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação de políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (Brasil, 2006, Artigo 1º).

Em seu Art 3º, a lei diz que se considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica suas atividades no meio rural seguindo algumas regras como:

- não possuir mais que quatro módulos fiscais;

- utilizar mão de obra de família em maior parte das atividades desenvolvidas na propriedade;
- ter um percentual de renda de família vinda das atividades econômicas desenvolvidas na propriedade;
- dirija seu estabelecimento rural juntamente com a família.

Ou seja, para o governo essa definição, no papel, está muito bem definida. Porém, quando se trata de apoio e políticas voltadas a esta população as tratativas ainda não condizem com a realidade, apesar de nos últimos dez anos terem acontecido mudanças e complementações na legislação que melhoraram para a produtor familiar.

## 2.2 PROGRAMA NACIONAL DE AGRICULTURA FAMILIAR

Gazolla e Schneider (2013) em um artigo intitulado “Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul”, fazem uma análise do Pronaf, crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul, e falam sobre o surgimento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar. O Pronaf é um marco para que os pequenos agricultores pudessem estar efetivamente dentro das políticas públicas no que diz respeito às linhas de créditos que contemplam também as pequenas propriedades. Em 2004 Schneider et.al, afirmaram que

“[...] o surgimento do Pronaf representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social- agricultores familiares- que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda, ou agricultura de subsistência” (SCHNAIDER ET. AL., 2004, pg. 21).

Em 1990 o Pronaf surge como sendo a principal política em apoio à agricultura familiar, e a partir daí outros programas importantes foram sendo estruturados para integrar as ações governamentais que trariam mais visibilidade a este setor os programas que surgiram foram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a Lei da Agricultura Familiar, o seguro Rural, A nova Assistência Técnica em Extensão Rural (Ater), e mais recentemente o Programa Nacional de Alimentação Escolar, que já existia desde os anos de 1950, mas que foi reestruturado para que as compras acontecessem de agricultura familiar.

Outra análise do Pronaf realizada em Santa Catarina, realizada pela Epagri, diz que no início dos anos 90 o agricultor familiar acessava o Microcrédito Rural (MCR) como “mini-produtor” e era submetido a pagar os mesmos juros que os bancos cobravam dos

grandes produtores. Inicialmente, após muitas mobilizações e lutas dos agricultores familiares passou a existir o Programa de Valorização de Pequena Produção Rural (PROVAP) em que as linhas de crédito eram oferecidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foi o início pra que mais tarde fosse implantado o Pronaf que ocorreu em 1994 pelo Decreto Presidencial 1946 de 28 de julho de 1996.

No início do programa os agricultores encontraram muitas dificuldades de acesso, pois eram exigidos muitos documentos e os resultados foram pouco animadores para o Banco do Brasil que em uma avaliação interna houve uma baixa aplicação dos recursos porque devido às dificuldades pela exigência poucos produtores foram beneficiados, os documentos exigidos eram: apresentação de orçamento, plano ou projeto agropecuário, comprovação de aquisição de insumos, e de pagamento do ITR - Imposto territorial Rural - e adesão obrigatória ao zoneamento agrícola, assim o PRONAF que era para facilitar a vida dos agricultores, acabou sendo pouco acessada e houve muitas críticas por parte de representantes dos trabalhadores.

Em 1996 o Banco do Brasil, define mudanças importantes para o Pronaf, a partir da resolução número 3.375. Esta nova resolução incluiu também as cooperativas e associações de produtores, as mudanças que ocorreram foram em relação a documentação que era exigida a adesão de zoneamento deixa de ser obrigatória, não é mais preciso comprovar a aquisição de insumos e o pagamento do ITR, apresentação de plano, orçamento e projeto são extintos. O Pronaf deu visibilidade a agricultura familiar, em dez anos o programa passou a ser a principal política pública voltada a atender este importante setor.

Em síntese, aponta-se que a agricultura familiar abrange os povos do campo, ou seja, povos das águas, florestas e campo, compostos por assentamentos da reforma agrária, quilombolas, indígenas, artesãos, pescadores artesanais entre outros e tem como principais características o trabalho em família, diversidade de produção e organização nos trabalhos da propriedade entre outros. A agricultura familiar é desenvolvida em pequenas propriedades com até quatro módulos fiscais, estes módulos que variam de município para município. No município de Itaiópolis, onde está sendo realizada a pesquisa para o TCC um módulo fiscal é de 64 hectares.

A renda da família vem principalmente de tudo o que é produzido na propriedade. Há tempos os alimentos que produziam eram somente para alimentar a família e trocar com outros agricultores por outros alimentos. Neste setor as famílias aplicam técnicas de cultivos e de produção utilizando práticas tradicionais de plantio e cuidados com o solo e

trazem consigo saberes passados de geração em geração procurando preservar os recursos naturais principalmente água e solo, e também técnicas de armazenamento de sementes e plantio. As famílias de agricultura familiar do município de Itaiópolis preservam e utilizam os conhecimentos passados pelos pais, avós e bisavós, em muitas localidades as gerações moram na mesma casa da propriedade e os mais novos cuidam dos mais velhos nas suas necessidades. Ressalto aqui também as pesquisas realizadas no ano de 2016 para os trabalhos do curso de licenciatura em Educação do Campo.

Uma grande parte dos alimentos que consumimos vem da agricultura familiar. De acordo com a Organização das Nações Unidas na reportagem para a revista Exame datada de 27 de novembro de 2018, os pequenos agricultores são responsáveis por 80% de toda a produção mundial de alimentos, há cerca de 500 milhões de produtores e produtoras a nível mundial que trabalham para colocar os alimentos em nossa mesa todos os dias, e ocupam 90% das propriedades agrícolas do mundo. No Brasil são quatro milhões de estabelecimentos rurais de Agricultura Familiar respondendo por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) do país correspondendo a 54 bilhões de reais, é o que informa a Embrapa.

Segundo o censo agropecuário do IBGE (2010) este modelo de agricultura produz no país 70% do feijão, 34% de arroz, 87% da mandioca, 46% de milho, 38% de café e 21% do trigo. Além de 60% do leite, 59% de carne suína, 50% de aves e 30% de carne bovina, representando 70% dos alimentos produzidos.

Os dados apresentados mostram que a agricultura familiar tem grande importância para economia brasileira e está no 8º lugar como maior produtor de alimentos do mundo. A agricultura familiar também é base econômica para 90% dos pequenos municípios com até 20 mil habitantes, e é responsável por 74% do emprego no campo.

### 2.3 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

O PNAE teve início na década de quarenta e passou por várias mudanças que fazem do Programa Nacional de Alimentação um dos maiores projetos alimentares do governo brasileiro. Naquela década, ainda o Instituto de Nutrição defendia a proposta sobre a alimentação escolar, mas não havia recursos disponíveis para concretizar o projeto.

Na década de 50 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema de Nutrição no Brasil, foi aí que pela primeira vez se estrutura um programa de alimentação escolar que é de responsabilidade

pública. Desse primeiro plano o que ficou foi o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição e contava com o financiamento do Fundo Internacional de Socorro à Infância (Fisi), atualmente UNICEF.

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME) que contou com o apoio e convênio do Fisi e outros órgãos internacionais. Em 1956 com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, passou a ser Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME).

Em 1965 pelo Decreto nº 56. 886/65 passou a se chamar CNAE, surgiram então programas de ajuda americana, como Alimentos para a Paz, financiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), o Programa de Alimentos para o Desenvolvimento, voltado a atender crianças carentes e em idade escolar e o Programa Mundial de Alimentos (PMA), de Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU). Somente em 1979 passou ser Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Na promulgação da Constituição Federal de 1988, ficou estabelecido o direito à alimentação escolar de todos os alunos do ensino fundamental por meio de programa suplementar a ser oferecido pelos governos federais, estaduais e municipais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por finalidade oferecer alimentação a todas as etapas da educação básica pública. A lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) repassado aos estados, municípios e Distrito Federal devem ser destinados para compra da merenda escolar, sendo estes alimentos vindos da agricultura familiar. Segundo a nutricionista do município a prefeitura usa recursos do próprio município para a compra além dos 30% destinados para realizar a compra de alimentos.

Esta lei em seu art. 14 diz do valor mínimo que devem ser gastos na compra de merenda escolar e identifica de quem devem ser comprados os alimentos, o que diz a lei:

Art. 14, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor rural familiar ou de suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as

comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas.

Segundo a nutricionista entrevistada da prefeitura municipal de Itaiópolis, o programa trouxe aos municípios maior autonomia de compra, valorização da produção local, respeitando também a cultura alimentar local. Conseguem oferecer alimentos frescos, pois como a compra é realizada no próprio município o alimento chega mais rápido as escolas evitando desperdício e demora no transporte, chegando com qualidade e mais saudáveis.

Para que o programa tenha um bom desempenho é necessária à interação de quem compra e de quem vende, ou seja, de Agricultores Familiares e as Entidades Executoras (EEx), cada qual com suas obrigações para que não faltem alimentos durante o ano letivo e que estes alimentos apresentem qualidade garantindo assim uma refeição nutritiva e saborosa.

As EEx centralizadas que podem ser Secretaria Estadual da Educação, Prefeituras Escolas Federais e também podem ser descentralizadas para Unidades Executoras das escolas (UEX) que neste caso não recebem o dinheiro diretamente, deverão conhecer o valor repassado pelo FNDE para o PNAE, e que deste valor 30% serão destinados a compra de alimentos da agricultura familiar, e isso deverá ser feito antes do ano letivo iniciar, para utilizar estas informações para elaboração do cardápio e informar também ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE) assim como também para os agricultores familiares.

As EEx são instituições da rede pública de ensino federal, estadual e municipal que recebem os recursos diretamente do FNDE. É considerada uma UEX a entidade privada sem fins lucrativos, que representa a comunidade escolar, e que vai receber os recursos destinados a merenda escolar, que recebem os recursos de EEx a qual receberá prestação de contas do programa.

Atualmente o valor repassado aos estados e municípios por dia letivo para cada estudante é feito de acordo com a modalidade de ensino e tempo de permanência na unidade escolar, como aponta o quadro a seguir:

Quadro 1: Valor diário destinado a alimentação escolar de acordo com a UEx

UNIDADE EXECUTORA	VALOR (EM REAL)
Creches	1,07
Pré-escolas	0,53
Escolas indígena e quilombolas	0,64
Ensino fundamental e médio	0,36
Educação de jovens e adultos	0,32
Ensino integral	1,07
Programa de fomento as escolas de ensino médio em tempo integral	2,00
Alunos que frequentam o atendimento educacional especializado no contra turno	0,53

Fonte: adaptado de FNDE (2019)

O programa visa suprir 20% das necessidades alimentares dos estudantes. O PNAE ainda tem em sua finalidade diminuir a evasão escolar, formação de bons hábitos alimentares e para o aumento da capacidade de aprendizagem (FLAVIO et al., 2008). O PNAE é reconhecido pela UNICEF como sendo o maior projeto de alimentação do mundo e é o mais antigo programa social do governo brasileiro (FLAVIO et al., 2004), tendo atendido 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos no ano de 2011 (FNDE, 2011), aproximadamente 24% de população brasileira (IBGE 2011).

Logo na infância as crianças moldam hábitos alimentares importantes para a vida toda e a escola tem um papel importante neste processo. CAVALCANTI 2009 p. 23, afirma que “é importante trabalhar o tema alimentação e nutrição nas escolas em decorrência do papel da alimentação na prevenção de doenças e na manutenção da qualidade de vida. A escola, portanto, deve buscar qualidade máxima, não só no ensino, mas também nas atividades que ali são desenvolvidos, como a alimentação”.

Neste sentido é importante também a participação da família em relação a alimentação saudável, evitando o uso de alimentos processados que muitas vezes custa mais caro e não faz bem para a criança, coloco aqui minha experiência como mãe de uma adolescente, que muitas vezes quando minha filha era criança era mais fácil oferecer um alimento que não exigisse muito tempo de preparo como as bolachas, e hoje ao realizar o presente trabalho percebi que fez toda a diferença nas escolhas alimentares dela, que troca facilmente uma fruta por alguma guloseima.

Observando o quadro 01, temos os valores pagos por estudante para receber a merenda escolar, são valores baixos para receberem alimentos saudáveis e que vão

contribuir nas escolhas alimentares saudáveis das crianças e adolescentes. Durante as experiências que realizei trabalhando na educação infantil nas creches do município nos anos de 2016 a 2017, percebi resistência de algumas crianças na hora de se alimentar. As crianças que ofereciam esta resistência diziam que só gostavam de salgadinhos e doces que eram oferecidos a ela, quando chegava em casa com a família e várias vezes ficavam sem comer e aguardavam a hora de ir embora para comer as guloseimas oferecidas pela família que era uma das formas de compensar a ausência dos pais durante o dia.

Neste caso uma observação se faz necessária, um pacote de salgadinho contendo conservantes e outros produtos químicos tóxicos ao organismo humano custam mais caro do que a alimentação saudável oferecida pela escola, como as frutas, e que muitas vezes as crianças demoram muito para experimentar e começar a comer na mesa junto com os colegas, porque é uma questão de hábito alimentar que a criança já adquiriu em casa, tornando maior a resistência em experimentar outros alimentos. A salada é a primeira a ser descartada do prato pela criança, em muitos casos leva quase o ano letivo todo pra que a criança prove poucas vezes a salada e as frutas acontecendo de não provar nenhuma vez.

A persistência de servir todos os dias para a criança alimentos como arroz, feijão, batata, carne, salada e frutas, por exemplo, mesmo que ela recuse nos primeiros contatos, faz com que ela crie o hábito de primeiro receber este alimento. Ao provar cada dia um pouquinho, vai estimulando e aumentando seu gosto pela comida preparada na escola, que então sem que ela perceba estará se alimentando bem e adquirindo um novo hábito alimentar mais saudável.

Com esse processo a família em casa percebe a mudança na alimentação quando a criança espontaneamente aceita quando é servida a alimentação, e começa a se alimentar melhor, é nesse sentido também que as escolas e creches desenvolvem o papel de dar a possibilidade de os estudantes adquirirem hábitos mais saudáveis.

Nesse sentido os alimentos oferecidos nas escolas através do PNAE, sendo alimentos frescos e mais saudáveis desenvolvem nos estudantes gostos alimentares que permitem uma melhora nos hábitos alimentares, havendo então a troca de alimentos industrializados pouco saudáveis por alimentos da própria cultura local.

Este capítulo abordou aspectos históricos sobre alimentação e como se deu este processo de produção e consumo, no qual fiz uma busca bibliográfica de autores que tratam esta questão. Os alimentos também são parte da cultura dos povos, cada qual com seu modo de comer, produzir e servir. A mudança nos hábitos alimentares no Brasil veio com a Revolução Industrial, que mudou a forma de como os alimentos eram consumidos e

também produzidos, passando da forma artesanal para a industrial para atender a população que crescia nos centros urbanos para trabalhar nas indústrias. Esta nova era mudou os hábitos alimentares das famílias.

As propagandas impulsionam o consumo de produtos industrializados e os alimentos antes mais saudáveis e produzidos de forma artesanal pelo trabalho da família na agricultura vai perdendo espaço e com isso surgem doenças pelo consumo muitas vezes exagerado de alimentos com conservantes, excesso de açúcares, sódio entre outros produtos para manter por mais tempo os produtos nas prateleiras dos supermercados. Duas principais políticas públicas são abordadas neste capítulo o PRONAF linha de crédito para o agricultor familiar e o PNAE, que tem como principal finalidade oferecer alimentação em todas as etapas de ensino durante o tempo em que o estudante permanecer no espaço escolar. Sendo destinados aos estados e municípios recursos em que 30% devem ser para compra de alimentos da agricultura familiar.

## **CAPÍTULO II**

### **AGRICULTURA FAMILIAR E PRODUÇÃO PARA MERENDA ESCOLAR EM SANTA CATARINA**

Neste capítulo irei abordar sobre a agricultura familiar no estado de Santa Catarina, mais especificamente sobre a produção destinada à merenda escolar. A pesquisa aponta que este estado se destaca na produção agrofamiliar, mas nem tudo o que deveria ser comercializado com os governos locais estão sendo de fato, pois além das dificuldades burocráticas, existem também o desconhecimento por parte dos agricultores no tocante ao que eles poderiam negociar diretamente com as secretarias de educação no âmbito dos três entes estatais.

Segundo o documento intitulado Santa Catarina em Números, um diagnóstico elaborado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE (2013), baseado no censo do IBGE 2010, traz aspectos gerais sobre o estado de Santa Catarina. O estado possui 95,3 milhões de km<sup>2</sup>, 295 municípios, sua diversidade demográfica é composta por praias, matas tropicais e serras com temperaturas negativas,

população de 6,24 milhões de habitantes com uma diversificada etnia, predominantemente marcada por portugueses, alemães, italianos e poloneses.

Tem uma agricultura significativa na economia do estado, baseada em minifúndios que divide espaço com parque industrial. Atualmente é o quarto maior do país com indústrias de grande porte e em sua maioria de pequeno porte, fazendo do estado a oitava maior economia do país segundo o Produto Interno Bruto.

Os dados do censo agropecuário 2006 apontam que 87% dos estabelecimentos rurais de Santa Catarina são estabelecimentos de agricultura familiar, de acordo com a lei 11.326/2006. Essa forma de organização dos estabelecimentos agropecuários vem com a colonização e formação do estado e com isso também, segundo a visão de Mattei (2016), essa trajetória histórica da agricultura familiar na região sul do país ocasionou uma grande diversidade produtiva e conseqüentemente uma diferenciação social entre os agricultores familiares.

O estado de Santa Catarina está localizado na região sul do Brasil, com população de seis milhões de habitantes, e sua colonização se deu por imigrantes europeus, sendo alemães, italianos e portugueses. O estado faz divisa com Rio Grande do Sul e Paraná e fronteira com Argentina. A capital é Florianópolis e Santa Catarina possui clima subtropical por estar localizada ao sul do trópico de Capricórnio.

Segundo a Síntese Anual da Agricultura elaborada pela EPAGRI no ano de (2017/2018) o estado se caracteriza pelo número de pequenas propriedades rurais, a diversidade produtiva também é fator importante. O estado tem conseguido bons resultados e garantido boa posição no *ranking*, destacando-se na produção de suínos, frangos, leite, mel, maçã, cebola, arroz, fumo, alho, erva-mate, banana, uva e produtos da suinocultura. Esta diversidade produtiva garante emprego e renda para muitas famílias na área rural.

Como já mencionado, a agricultura familiar produz muita variedade de alimentos e um dos espaços para que os agricultores consigam vender a produção é o Programa Nacional da Alimentação Escolar. Parte da merenda escolar do estado é comprada da agricultura familiar utilizando o mínimo de 30% do recurso repassado pelo FNDE no âmbito do PNAE destinados a compra dos alimentos.

Segundo a Lei n 11.947/2009 a alimentação escolar é entendida como todo alimento oferecido aos estudantes no ambiente escolar, independente de sua origem, durante todo ano letivo. Os alimentos oferecidos devem respeitar a cultura e os hábitos alimentares saudáveis de forma que este alimento possa contribuir no desenvolvimento e rendimento escolar de acordo com a faixa etária e as condições de saúde do estudante.

Dados da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar em Santa Catarina (Fetraf-SC), mostram que o estado catarinense possui 190 mil propriedades de agricultura familiar, todos estes estabelecimentos somam apenas 44% das terras cultivadas que conseguem produzir mais alimentos com menos terras, além de gerar mais de dois milhões de emprego para pessoas que trabalham com produção de leite, extrativismo vegetal, agroecológico, grãos, hortifrúti, agroindústrias, e as cooperativas familiares.

Os dados da Fetraf-SC apontam um ponto preocupante que interfere na produção, trabalho e renda das famílias agricultoras. Dentre as dificuldades enfrentadas no campo, o êxodo rural no estado cresceu em 21% e cerca de 25% das propriedades não tem perspectiva de deixar sucessores.

O artigo *Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil* datada do ano de 2016 faz um estudo acerca dos fatores que influenciam a saída de jovens do campo na região sul do Brasil Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Neste artigo, fez-se uma revisão bibliográfica sobre o assunto nos ultimo dezesseis anos para buscar elementos que influenciam a saída dos jovens das propriedades da família.

Para Lobley (2010) a sucessão Intergeracional representa uma renovação da propriedade familiar e pode funcionar como um útil corretivo para enfrentar o envelhecimento cada vez mais crescente entre os agricultores e a população rural.

No ano de 2016 durante pesquisas realizadas no município de Itaiópolis no Tempo Comunidade (TC), as questões que influenciam os jovens do município a sair do campo são busca de emprego fora da comunidade para complementar a renda das famílias, independência financeira, pois a renda da família é administrada principalmente pelo pai, conflitos de geração, acesso as políticas públicas (PRONAF), divisão de gênero do trabalho, lazer e acesso a internet.

O jovem que permanece no campo trabalhando, recebe a sucessão da propriedade e tem uma grande importância para toda a família e comunidade, dar continuidade a produção que já existe buscar novas alternativas de para diversificar a produção, assume o cuidado com os pais e avós na velhice. A permanência destas pessoas no campo é de extrema importância tendo em vista o esvaziamento do campo.

Segundo Lobley (2010) a sucessão deve representar elemento significativo para formulação de políticas publicas para o campo. Para Mello et al. (2003, p. 15) o processo sucessório e a formação da nova geração de agricultores para obedecer a uma espécie de “automatismo” pois a agricultura familiar produz novas propriedades ao alocar seus filhos

como agricultores. Desse modo a sucessão continua sendo a rota de entrada para a agricultura familiar.

O assunto sobre sucessão nas propriedades de agricultura familiar é complexo e exige um estudo específico. Minha pretensão ao falar sobre o assunto foi trazer um pouco o fato de que se os jovens e suas famílias estão deixando o campo em busca de renda e melhores condições reforça o olhar de que as políticas públicas existentes de fato não contemplam as necessidades dos agricultores. Como mencionei no início deste trabalho, morei no campo. Quando criança meus pais saíram quando estava com quase sete anos, foi uma época difícil para toda a família, dificuldades que nos deixaram ainda mais vulneráveis a não ter condições de suprir necessidades básicas, era uma época em que não existia nenhum apoio social como existe hoje creches, cesta básica entre outros auxílios.

Contudo, meus pais deixaram o lugar onde produziam alimentos de sobra, com trabalho de toda a família para morar na cidade e ficar à mercê de condições precárias de vida. Eles contam que o principal motivo era o conflito geracional e também a família era muito grande e havia divergências de opiniões que dificultou a permanência no campo.

A saída da família daquela comunidade representa pra mim hoje um retrocesso, a comunidade era grande cerca de trinta famílias numerosas morando lá e todos trabalhando com a terra, plantando basicamente tudo que consumiam. Hoje existem três famílias que ainda resistem e moram lá, somente com o pai e a mãe, plantando poucos alimentos e criando alguns animais porque não tem condições de saúde e também não tem mão de obra para cuidar das terras. A comunidade numerosa, rica de cultura e alimentos praticamente desapareceu, sendo uma comunidade a menos que deixou de produzir alimentos para a própria família e para vender o excedente, com a falta de políticas públicas para dar condições às pessoas foram saindo do local.

O capítulo aqui apresentado traz questões econômicas sobre a agricultura no estado de Santa Catarina, o estado tem na agricultura uma economia significativa e baseada em minifúndios e esta forma de organização das propriedades vem desde a época da colonização do estado. Com isso também houve uma grande diversidade de produção que possibilita que o estado participe também do programa PNAE.

Uma das preocupações no estado é a sucessão nas propriedades de agricultura familiar, os jovens têm deixado o campo em busca de emprego nos centros urbanos para complementar a renda da família. A saída dos jovens do campo representa a decadência da mão de obra, a falta de políticas públicas para mantê-los no campo, o envelhecimento e a não sucessão das propriedades. A agricultura principalmente a familiar depende da mão de

obra que tem na família para se manter no campo, contudo se os jovens e também suas famílias estão saindo, pouca a pouco os alimentos também vão sendo deixados de produzir.

## **CAPÍTULO III**

### **ITAIÓPOLIS: PRODUÇÃO FAMILIAR E MERENDA ESCOLAR**

Neste capítulo tratarei sobre a área de estudo, especificamente. Mostrarei como o município se organiza em termos estatísticos além de trazer alguns dados geográficos sobre ele. Minha pesquisa contextualizada encontra-se aqui, daí sua importância para o entendimento da relevância deste capítulo.

#### **3 Itaiópolis em dados**

O município de Itaiópolis localiza-se no planalto norte de Santa Catarina, tendo uma população estimada de 21.669 habitantes (IBGE 2019). A economia do município é baseada principalmente na agricultura (monoculturas de fumo, milho e soja) e da agricultura familiar que produzem diversos alimentos (feijão, verduras, frutas entre outros). A cultura do fumo está presente nas pequenas propriedades porque é possível trabalhar com poucas máquinas e a mão de obra familiar, existindo também a troca de dias de serviço

entre uma família e outra principalmente na época de colheita que ocorre nos meses de dezembro, fevereiro e março. A colheita pode levar mais tempo dependendo da quantidade de fumo que é plantada.

O município de Itaiópolis tem 101 anos de emancipação, fundado em 28 de outubro de 1918. Seus primeiros habitantes eram os indígenas e caboclos, segundo as pesquisas realizadas no município durante os TC. O município tem sua principal colonização ucraniana e polonesa, depois italianos e alemães que povoaram o município. A influência destes povos está presente na cultura itaiopolense. Durante as entrevistas realizadas no TC, os moradores disseram que os indígenas e caboclos já moravam aqui quando suas famílias chegaram.

Inicialmente as primeiras que chegaram instalaram-se na chamada colônia Lucena por volta de 1889, quando o município pertencia ao estado do Paraná. As famílias fugiam de vários problemas que estavam acontecendo na Europa, guerras, reforma agrária, fenômenos climáticos e o governo brasileiro ofereciam incentivos para que as famílias viessem para o Brasil. Em uma das várias entrevistas realizadas, essa questão pode ser sintetizada na fala: “O governo brasileiro dava sementes de milho pra um colonizador, de feijão para outro, enxadas para uns que dividiam com as outras famílias porque não tinha para todo mundo” (Historiadora de Itaiópolis e descendente polonesa-2016).

A agricultura sempre fez parte do desenvolvimento e crescimento do local. Inicialmente os indígenas e os caboclos que plantavam e tinham sua cultura; posteriormente chegaram os imigrantes vindos de várias regiões da Europa que também trouxeram sua cultura e todos produziam os alimentos e precisavam de um pedaço de terra para morar e trabalhar. Assim se iniciou a história do município de Itaiópolis.

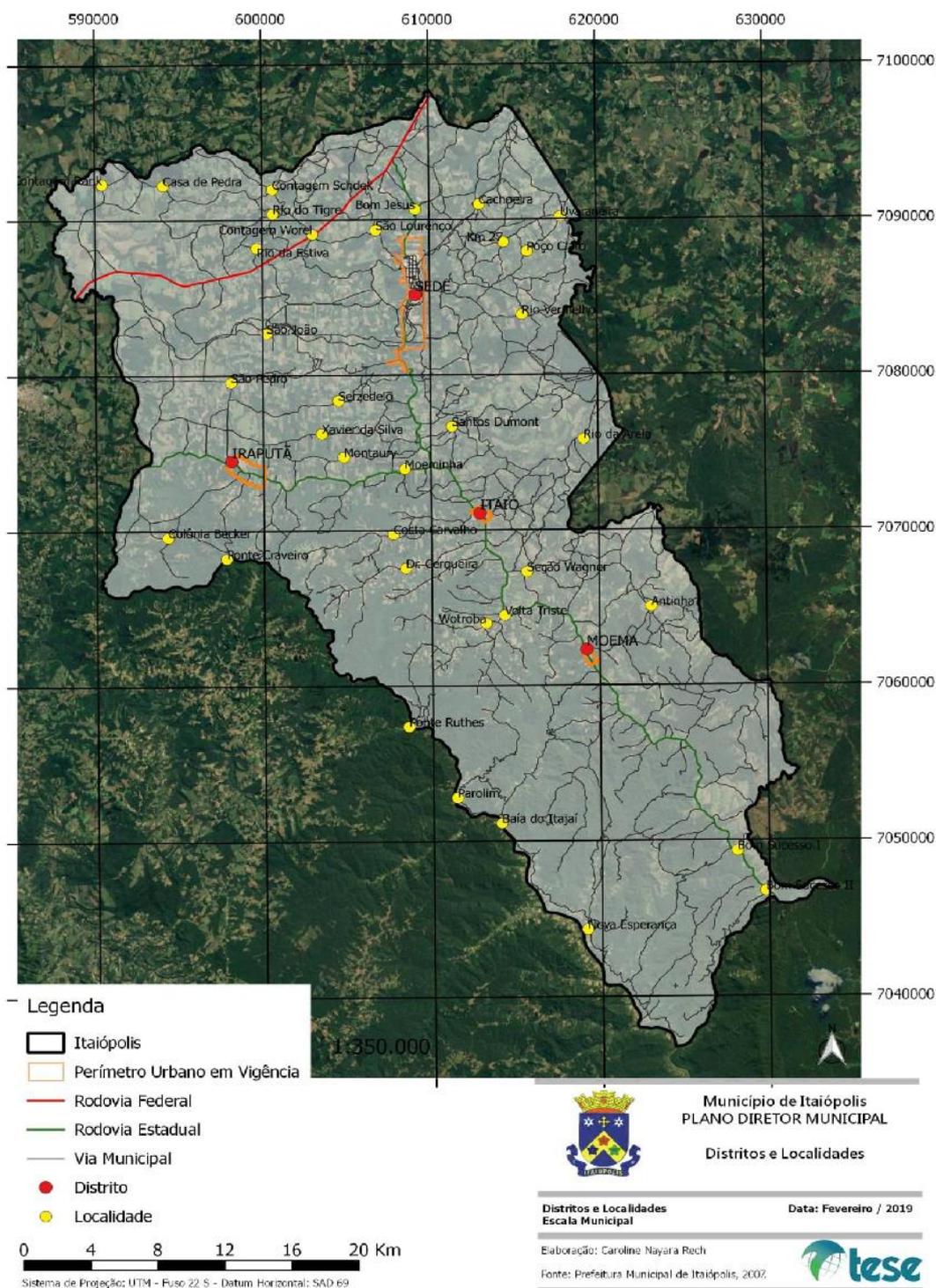
Hoje muitos descendentes continuam nas terras que foram sendo passadas de geração em geração para continuar as atividades na agricultura, as famílias preservam os saberes, as crenças, a gastronomia, a religião dentre outros aspectos culturais que compõem o município e fazem dele a diversidade que é hoje.

A figura 01 mostra a localização geográfica do território em análise, sem acuragem geográfica. Itaiópolis encontra-se entre os maiores produtores de maçã da região do planalto norte catarinense. Segundo dados disponíveis no documento relatório sobre a fruticultura catarinense “Fruticultura em números” Safra 2014/2015, de (Goulart Júnior; Mondardo e Reiter, 2015), o município produz 705 toneladas, em média de 30.000 kg/ha tendo ainda os municípios vizinhos de Papanduva com 461 toneladas e Monte Castelo com 1.691 toneladas. O município de Itaiópolis se destaca também na produção de tangerina.

Figura 1: Mapa afetivo do município de itaiópolis<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>[https://static.fecam.net.br/uploads/724/arquivos/1646066\\_Leitura\\_da\\_Realidade\\_Municipal\\_\\_\\_Aspectos\\_Socioeconomicos.pdf](https://static.fecam.net.br/uploads/724/arquivos/1646066_Leitura_da_Realidade_Municipal___Aspectos_Socioeconomicos.pdf)



Fonte: Prefeitura Municipal de Itaiópolis, 2018  
 Elaborada por TESE TECNOLOGIA, 2019.

### 3.2. Dados Escolares de Itaiópolis

Para compreender melhor a distribuição e a compra da merenda escolar no município de Itaiópolis, entrevistei a nutricionista da Prefeitura Municipal. Os dados

apresentados abaixo foram extraídos da pesquisa de campo<sup>2</sup> e servem como base para o material descrito e análises.

O município de Itaiópolis possui 15 escolas municipais que recebem merenda escolar oferecida pela prefeitura, sendo quatro pré-escolas, seis Centros de Educação Infantil (CEI), cinco escolas rural, sendo que essas cinco primeiras são multisseriadas, e quatro escolas localizadas na área urbana do município e atende também a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A unidade da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), recebe estudantes que frequentam as escolas municipais durante um período e em outro frequentam a instituição, com isso é repassado para a prefeitura uma quantia em dinheiro por cada estudante para que a alimentação seja oferecida. Nenhuma das escolas é considerada escola do campo, são escolas rurais, segundo pesquisas realizadas junto a documentos e na prefeitura local elas são denominadas de escolas isoladas ou multisseriadas.

As escolas municipais atendem estudantes que vem do campo e também os que moram na área urbana do município, somando um total de 2.485 estudantes. As cozinheiras e auxiliares de cozinha são contratadas pelo município e recebem cursos de aperfeiçoamento para melhor atender as crianças e adolescentes.

Segundo a entrevistada, nosso município oferece muita variedade de alimentos produzidos por pequenos agricultores favorecendo assim o custo benefício e valor nutricional porque os alimentos são frescos e por serem produzidos no próprio município chegam mais rápido as escolas evitando muito tempo de transporte a grandes distâncias. Esses pequenos detalhes facilitam a compra e garante uma boa qualidade na alimentação de todos os estudantes.

Os pedidos são feitos semanalmente pelas escolas localizadas na área urbana e quinzenal na área rural, considerando a distância em que as escolas rurais se encontram. De acordo com a nutricionista, o cardápio é preparado seguindo o melhor preço e a oferta do alimento, respeitando a sazonalidade. Segundo ela, a compra dos alimentos da agricultura familiar estimula a produção local, pois os pequenos agricultores encontram um espaço de venda garantida para a produção.

No inverno são mais difíceis as compras porque nesta época acontecem muitas geadas, as temperaturas ficam abaixo de zero, e alguns alimentos que estão no cardápio não são produzidos, tendo que ser substituídos por outros. O preço dos alimentos permanece

---

<sup>2</sup> Nesta etapa do trabalho a principal entrevista foi com a Nutricionista da prefeitura Municipal de Itaiópolis, responsável por toda política de aquisição e comercialização de produtos juntos aos fornecedores.

fixo durante seis meses podendo ser reajustado para o agricultor somente quando sai um novo edital de compra, que acontece semestralmente, e com isso se tiver que substituir um alimento por outro, os agricultores, em alguns casos, têm uma desvantagem em relação ao preço a ser pago a eles. Quando abre um novo edital de compras esse reajuste de preços, aumenta em média 10 a 20 mil reais de gasto aos cofres do município.

O valor que vem para o município comprar a merenda escolar é calculado de acordo com o censo escolar, sempre do ano anterior, neste caso (2018) o valor de repasse foi de R\$ 28.818 mil reais, (este dividido em 10 parcelas de R\$ 2.881,80 reais). Algumas escolas municipais utilizam a horta escolar para enriquecer a alimentação, nas escolas rurais são mais utilizadas do que nas escolas da área urbana.

A Lei nº 11.947 de 16/06/2009, do governo federal (FNDE), responsável pela definição das regras para o PNAE, destina aos municípios os recursos para a compra de alimentos e destes, obrigatoriamente, os municípios devem destinar 30% para a compra de alimentos da Agricultura Familiar. O repasse deste recurso é feito em dez parcelas, calculado pelo censo escolar que, segundo a nutricionista, os 30% repassados não são suficientes, tendo que utilizar de recursos próprios da prefeitura para completar.

Para este processo de compra dos alimentos é aberto inscrições através de um edital de chamada pública em que o objeto é "Aquisição de Gêneros Alimentícios" diretamente de Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para o atendimento ao PNAE. A partir daí, define-se de onde serão adquiridos os produtos necessários para garantir a merenda escolar. O edital é montado semestralmente pelo setor de licitação de prefeitura municipal. Para poder se inscrever os agricultores poderão ser Fornecedores Individuais, grupos Informais e grupos Formais, de acordo com o Art. 27 de Resolução FNDE nº 4/2015.

É a partir daí que se originam as dificuldades dos agricultores em acessar o programa e conseguir vender os alimentos. Além de estar em dia com a DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) e garantir condições de entrega dos produtos é necessário emitir nota fiscal para poder vender e a lei não permite que a nota seja oferecida diretamente pelo agricultor. É necessário que os agricultores estejam organizados em grupos para que a venda seja realizada junto aos órgãos governamentais.

Uma saída para dirimir essas situações é o processo de associações em cooperativas. Em Itaiópolis a Cooperativa de Produtos da Agricultura Familiar de Itaiópolis (UNIPAFI) fornece alimentos da agricultura familiar e dois empreendedores individuais fornecem suco de uva e geleia. A cooperativa UNIPAFI que fica localizada no bairro Bom Jesus, em um

terreno doado pela prefeitura municipal, e o barracão construído através em uma parceria com o BNDES e CRESOL, conta hoje com 50 associados que moram nas localidades do município, tendo a possibilidade de diminuir o número de cooperados, tendo como motivo não estar em dia com as documentações exigidas.

Neste local é realizada a separação da quantidade de alimentos que será distribuída para cada escola e creche. É onde também acontecem as reuniões mensais com os cooperados. Segundo a Presidenta da cooperativa que mora e trabalha no Assentamento do Incra, na Vila das Bromélias, considerado área rural, fica aproximadamente 5km de sede do município, ela diz que é difícil manter a cooperativa,

“Pagamos os mesmos impostos que as grandes cooperativas do município, sendo que nossa arrecadação é menor, porque trabalhamos com produtos que são comprados em menores quantidades e também com menor preço e que tem centenas de sócios (Presidenta da cooperativa UNIPAFI)”.

Dentre todos os desafios está também a aprovação de projetos pelo banco que segundo a presidenta da cooperativa, quando é para beneficiar a cooperativa são muitas exigências e demora na aprovação: “O banco não ganha nada com isso, não faz questão de apressar os projetos, levou nove meses, mandamos dez projetos e apenas um foi aprovado” (Presidenta da cooperativa UNIPAFI).

A cooperativa no município tem lutado para conseguir se manter mesmo com as políticas públicas existentes ainda não são suficientes para suprir as necessidades dos agricultores familiares. O motivo para manter a cooperativa funcionando é a esperança de manter as famílias no campo. Segundo um entrevistado “O agricultor sempre planta na esperança de colher“. E quando o agricultor colhe ele precisa vender e a cooperativa faz a ponte com o mercado da merenda escolar para melhorar a renda das famílias.

Ainda segundo a presidenta, os agricultores desistem de participar do programa porque tem muita burocracia, são muitos documentos exigidos. Para entender melhor analisei o edital de Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios. Este é lançado duas vezes no ano, ou seja, semestralmente e as datas são nos meses de janeiro e junho.

O mês de janeiro é o mês que os agricultores do município estão colhendo fumo, são dias de muito trabalho para toda a família. Nesta época as famílias não têm tempo para sair da propriedade e providenciar a documentação que o edital exige. Neste sentido, os gestores precisam entender as necessidades dos agricultores, adequando as demandas do edital com a realidade dos agricultores.

Além de o trabalho ser mais intenso em janeiro é necessário levar em conta as distâncias das localidades. Distâncias estas que não aparecem em documentos que busquei junto à câmara de vereadores e a prefeitura municipal. Para saber das distâncias de algumas localidades foi organizada uma conversa com um grupo local com alguns agricultores e suas famílias na sede da cooperativa UNIPAFI. No dia 03/10/2019 compareceram cinco famílias, abaixo listadas no quadro 02, com o nome da localidade, a distância da sede do município e o que produz para merenda escolar:

Quadro 2-: Produto fornecido para merenda escolar, sua respectiva localidade e distancia da sede do município de Itaiópolis-SC

<b>Localidade</b>	<b>Distância do centro</b>	<b>Produto</b>
Bahia do Itajaí	54 km	Banana
Serrinha do Itajaí	34 km	Tangerina e maracujá
Casa de Pedra	33 km	Aipim
Santo Antônio	15 km	Morango, citros, uva e verduras.
Vila das Bromélias	5 km	Morango

FONTE: Autora, 2019.

Levando em conta a distância, as condições das estradas e o clima (chuvoso, principalmente), as verduras como a alface e o repolho são produzidos pelos agricultores que moram mais perto da sede e outros alimentos pelos agricultores que moram mais longe. Porém o município tem potencial de produzir uma diversidade de alimentos que são direcionados as escolas, como mostra o quadro 03.

O quadro 03 mostra que o município produz uma diversidade de alimentos como: legumes, frutas e verduras todos produzidos pela agricultura familiar. Não existe no município dados sobre a produção de verduras e legumes produzidos pelos agricultores. Ao observar o quadro percebe-se uma quantidade significativa de alimentos que são colhidos semanalmente e entregue nas escolas.

A produção destes alimentos é importante para os agricultores. Cada unidade de alface, couve ou brócolis que consegue vender, dá a ele condições e esperança de permanecer na propriedade e manter a família trabalhando e morando no campo. Estes dados poderiam estar representados a fim de dar visibilidade da produção realizada no município.

No caso das frutas, existem alguns dados porque as produções são também áreas turísticas que recebem as pessoas para colher as frutas no pé e fazer as compras que desejarem e também porque parte delas é exportada e trazem maior rendimento econômico

para o município. Esta observação permite ver a desvalorização de alimentos e produções importantes tanto para a saúde das crianças que frequentam as escolas do município, quanto para os agricultores que trabalham com a produção.

Entre os alimentos fornecidos para os estudantes estão também leite, ovos, carnes, iogurtes, bolachas entre outros que não podem ser comprados da agricultura familiar porque para isto os agricultores teriam que se adequar a outras leis e exigências para poder vender, e a burocracia existente dificulta o acesso para vender a produção. Estes alimentos são comprados dos supermercados do município através de licitação.

Quadro 3: Alimentos distribuídos para merenda escolar no município de Itaiópolis SC

Escola – Rede Municipal	Tipo de Produto	Quantidade/semana
Centro de Educação Infantil	Agrião Alface Banana caturra Batata inglesa Beterraba Brócolis Cebola de cabeça Cenoura Couve-flor Feijão preto Maçã fuji Laranja Repolho branco Tangerina Tomate	15 unidades 21 unidades 115 kg 63 kg 15 KG 03 unidades 12 KG 17 KG 13 KG 30 KG 40 kg 13 KG 42 KG 19 KG
Pré-Escolar	Batata inglesa Batata salsa Brócolis Cenoura Couve-flor Repolho branco Rúcula	12 kg 12 kg 21 unidades 12 kg 23 unidades 5 unidades 16 unidades
Escolas municipais e APAE	Batata inglesa Batata salsa Brócolis Cebola de cabeça Cenoura Couve-flor Feijão preto Tangerina Tomate	40 kg 26 kg 66 unidades 19 kg 24 kg 52 unidades 70 kg 265 kg 32 kg

Fonte: Prefeitura Municipal de Itaiópolis

### 3.3. PRODUÇÃO FAMILIAR, MERENDA ESCOLAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REFLEXÃO À LUZ DA REALIDADE.

A questão alimentar vem mudando e acompanha a era tecnológica que modernizou o campo e a cidade. A agricultura familiar se destaca na produção de alimentos, e possui características próprias de organização, produção, modo de vida, saberes e cultura. Antes da década de 1990 a agricultura familiar não era reconhecida no âmbito de suas particularidades, foi através de lutas dos movimentos sociais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) principalmente, mas também dos movimentos sindicais que buscavam políticas públicas que contemplasse os povos do campo que, nesta época surgiram também muitos estudos, livros e pesquisas que fortaleceram o olhar para a agricultura familiar.

Muitas abordagens sobre o tema estão voltadas para a produção com o propósito de mercado, outras abordagens trazem os aspectos culturais, políticos e de identidade de cada localidade. Os aspectos indenitários da agricultura familiar e a forma de como se organizaram veio com a colonização de imigrantes europeus especialmente no sul do país, ressaltando que os indígenas e os povos negros que se organizavam nos quilombos, já se encontravam no meio rural.

Para Martins (1981) para as classes dominantes e as elites agrárias esse grupo social permaneceu “excluído e invisível”, somente vindo despertar a atenção nos momentos de crise, contestação e revolta como no caso de Canudos, Contestado, Muckers, das ligas camponesas nordestinas entre outras.

Independente da terminologia usada para identificar os povos do campo ribeirinhos, quilombolas, caipiras, colono, posseiros, sitiantes entre outros, todos esses grupos sociais têm em comum o acesso precário, insuficiente ou a total falta de terras, e capital produtivo assim como informações e condições de escoar a produção que garante a estes povos renda e condições de permanência.

O mundo capitalista aos quais todos estão inseridos exige trabalhar para suprir as necessidades que este sistema colocou. A venda da produção pelo agricultor familiar é questão de sobrevivência no campo e o trabalho da família é fundamental, sem a mão de obra familiar o agricultor não tem condições de se manter no campo. Muitas vezes cultivar em um pequeno pedaço de terra possibilita o uso cada vez menor de agrotóxicos, chegando até sua total extinção, como é o caso da produção de orgânicos, trazendo mais saúde para a família que trabalha no campo e também para os consumidores Os direitos garantidos pelos povos do campo vieram de muitas lutas através da organização de movimentos sociais que trouxeram políticas públicas importantes como a linha de crédito (PRONAF), um espaço no mercado para vender a produção (PNAE), e também a conquista de uma educação gratuita

e de qualidade para os agricultores, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores, falo aqui da Educação do Campo e no campo.

A luta teve início com o Movimento Sem Terra, que entendeu que a educação deve ser garantida compreendendo as especificidades de cada local, porque são realidades diferentes e precisa olhares que reconheçam estas particularidades. Ao longo da história brasileira os povos das águas, campos e florestas seguiram currículos que trazem realidades que não se aplicam para estes sujeitos. As políticas públicas para a educação nas escolas situadas nas áreas rurais são baseadas nos currículos das escolas urbanas.

As palavras campo e cidade se diferem não por sua localização geográfica, mas, sobretudo, quando se fala em cultura, modo de produção da vida, sentimento de pertença, cuidados ambientais, o cotidiano, as lutas são diferentes não dá para dizer que é tudo a mesma coisa se as histórias e contextos são diferentes.

E para dizer não a essa educação que não leva em consideração as especificidades do campo, surge a Educação do Campo para fortalecer a autonomia e a identidade das populações do campo brasileiro. Desmistificar a visão de que campo é lugar atrasado e sem futuro, pois produzem alimentos usando na maioria das vezes as mãos como ferramenta de trabalho e um pequeno pedaço de terra, como meio para produzir alimentos, segurança alimentar para todo o país. Os alimentos que consumimos em nossas casas, vêm das mãos dos agricultores familiares.

Alimentos como fonte de energia, biologicamente falando, produzido pelo trabalho de famílias que lutam e resistem, mesmo com as más condições das estradas, de acesso aos serviços essenciais como saúde e educação, são primordiais.

“Se o campo não planta a cidade não janta”, terminando este capítulo com esta frase simples, mas, de muito significado. O campo é lugar de vida, de histórias, saberes, cultura e produção que merecem um olhar atento. Algumas políticas públicas precisam ser discutidas e reavaliadas, e novas precisam ser pensadas para que a produção de alimentos continue, e para isso as pessoas do campo precisam ser reconhecidas por sua identidade e autonomia, e assim serem respeitadas.

## **APONTAMENTOS FINAIS**

O presente trabalho teve como objetivo compreender a produção de alimentos para a merenda escolar no município de Itaiópolis, um pequeno município do Planalto norte catarinense que tem na agricultura a base da economia. No início do trabalho, procurei falar

sobre a alimentação de modo geral, trazendo para leitura a alimentação como contexto cultural e também de como a alimentação está ligada com a escola e a contribuição da merenda escolar para mudanças importantes nos hábitos alimentares, levando em consideração a realidade do espaço escolar e o lugar onde está inserido.

No primeiro capítulo tratei da questão histórica da alimentação abordando também a agricultura familiar no Brasil e as políticas públicas voltadas para atender os agricultores como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional da Agricultura Familiar. Através de leituras bibliográficas busquei abordar as contribuições e as mudanças alimentares no Brasil. Estas mudanças que vieram com as indústrias alimentícias provocaram mudanças no hábito alimentar dos humanos que antes plantavam seu próprio alimento para se render ao mercado de alimentos industrializados, com isso vieram também doenças relacionadas a má alimentação principalmente entre as crianças e adolescentes.

Ainda neste mesmo capítulo abordei o tema agricultura familiar no Brasil e produção de alimentos, o acesso dos agricultores ao PNAE como fonte de renda garantida para as famílias. O PRONAF é uma linha de crédito para atender o agricultor da pequena propriedade contribuindo para que a família tenha condições de permanecer no campo.

Em seguida, no segundo capítulo, a produção de alimentos para merenda escolar em esfera estadual, o estado de Santa Catarina se destaca pela produção em pequenas propriedades e possui uma economia significativa com a agricultura. Nesse capítulo, também tratei da questão da sucessão no campo, onde os jovens estão deixando o campo para trabalhar na área urbana dos municípios por vários motivos, sendo que o principal é complementação da renda familiar e mitos destes jovens acabam mudando de vez para a cidade e não assumem a propriedade da família.

No último capítulo tratei da pesquisa no município de Itaiópolis e aborda questões de produção de alimentos e venda para merenda escolar, como se dá este processo e a importância de participar do PNAE para as famílias de agricultura familiar. A participação dos agricultores na cooperativa de alimentos, que possibilita a venda dos alimentos em maior quantidade e qualidade, pois respeita a cultura alimentar dos estudantes das escolas municipais. Segundo entrevistas e dados recolhidos com os agricultores e nutricionista, o município possui uma diversidade grande em produção de alimentos que poderia ser mais bem direcionada se a burocracia fosse menor e a mão de obra de quem produz alimentos para as crianças e adolescentes fosse mais valorizada.

Depois de realizar as pesquisas percebi que o tema Agricultura familiar e a produção de alimentos para a merenda escolar necessita de mais estudos, principalmente

porque o município tem poucos dados sobre a Agricultura familiar. As formas de como são tratadas as questões do campo no município precisam ser melhor aprofundadas, pois é de extrema importância para entender as políticas públicas e também avaliar sua aplicação no município.

Neste mesmo capítulo traz os dados escolares, números de escolas municipais e quantidade de alimentos fornecidos por semana em cada escola respeitando a sazonalidade do local, o processo acontece com o edital de compra de gêneros alimentícios da agricultura familiar. As falas coletadas dos agricultores se fazem presentes também neste capítulo que tratam da realidade deles.

A Educação do Campo também é parte fundamental neste momento para mostrar que o campo sempre teve que lutar por política pública que respeitem as especificidades dos povos do campo, florestas e água entendendo que cada contexto merece uma atenção diferenciada e que continua sendo tratada com descaso como se todos tivessem a mesma realidade. A Educação do Campo se contrapõe para dizer que não. Que cada local tem sua história e deve ser considerada. As escolas do campo precisam de um currículo e de profissionais que compreendam a realidade dos sujeitos pra que a educação seja de qualidade e que faça a diferença na vida das localidades.

De tal forma que este tema não se esgota aqui e precisa de mais aprofundamento teórico e de pesquisa de campo. Assim, aponto como focos deste trabalho que necessitam ser aprofundados três questões básicas, a saber:

- 1 – O próprio tema Agricultura Familiar e a produção de alimentos para a merenda escolar necessitam de mais estudos, isto porque no município não tem tantos dados sobre a Agricultura familiar. Portanto, aprofundar essa temática é necessário;
- 2 - As formas como são tratadas as questões do campo no município também precisam ser mais aprofundadas, pois é importante para se entender as políticas públicas e também avaliar sua aplicação no município.
- 3– Por último, não menos importante, a questão do êxodo rural, principalmente da população jovem dos pequenos municípios da região. Esta é uma questão fundamental para entendermos o passado, o presente e o futuro das comunidades rurais de nossa região.

A realização do presente trabalho proporcionou um estudo sobre agricultura familiar e a merenda escolar, e todas as informações proporcionam um maior conhecimento sobre o município de Itaiópolis e deixam também questões a serem aprofundadas em outros momentos de estudos.

## REFERÊNCIAS

\_\_\_\_\_. PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Histórico** 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

\_\_\_\_\_. PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Sobre a pnae** 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

ANA LUIZA BASÍLIO. Centro de Referências em Educação Integral. **Alimentação escolar é parte do processo de aprendizagem**. 2016. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/reportagens/alimentacao-escolar-e-parte-do-processo-de-aprendizagem/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BERALDES, B.; TORQUATO, C.; BIANCHI, F.; HERNANDEZ, G.; MURAKAWUA, G.; JESUS H. de; MONTEBELLO, L.; SALLUM, L. **A7 Agricultura Familiar no Brasil. [s.d]** Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. [s.d]. Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, LES0237-Sociedade, cultura e natureza, Pof. Dr. Paulo Eduardo Moruzi Marques.

BRASIL. (FNDE) FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Agricultura Familiar** 2019. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-agricultura-familiar>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>. Acesso em: 18 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento. **Agricultura familiar emprega mais de 10 milhões de pessoas, mostra o Censo Agropecuário**. 2015. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/noticias/agricultura-familiar-emprega-mais-de-10-milhoes-de-pessoas-mostra-censo-agropecuário>>. Acesso em: 13 jan. 2020

**Consequencias da revolução industrial**. Disponível em: <<https://www.todamateria.com.br/consequencias-da-revolução-industrial/>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

CRESOL. **De olho no campo: tudo sobre a agricultura familiar no Brasil**. 2019. Disponível em: <<https://blog.cresol.com.br/tudo-sobre-a-agricultura-familiar-no-brasil/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Cultura MIX. **Origem da Agricultura**. 2011. Disponível em: <<https://meioambiente.culturamix.com/agricultura/origem-da-agricultura>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

DEEKE, Daiana; NEVES, Luiz Alberto. **A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS ORGÂNICOS NO MUNICÍPIO DE TAIÓ**. 2017.

Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Daiana-Deeke.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

EPAGRI/CEPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - Epagri Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola -. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2017-2018**. Disponível em: <<http://webdoc.epagri.sc.gov.br/sintese.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FORMENTI, Lígia. **Má alimentação aumenta risco para saúde de adolescentes**. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/adolescente-se-alimenta-mal-e-risco-a-saude-cresce/>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FRANÇA, F. C. O.; MENDES, A. C. R.; ANDRADE, I. S.; RIBEIRO, G. S.; PINHEIRO, I.B. **Mudança nos hábitos alimentares provocados pela industrialização e o impacto sobre a saúde do brasileiro**. [s.d]. Disponível em: [www2.uefs.br](http://www2.uefs.br). Acesso em: 10 nov. 2019.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032013000100003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032013000100003)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

GOULART JUNIOR, R.; MONDARDO, M.; REITER, J.M.W. **Relatório sobre a Fruticultura Catarinense: Fruticultura em números - Safra 2014/15**. Florianópolis: Epagri, 2017. 114p.

IBGE Cidades - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Itaiópolis - Santa Catarina**. Disponível em: <[//cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itaiopolis/pesquisa/14/10193](http://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/itaiopolis/pesquisa/14/10193)> Acesso em: 09 nov. 2019.

JULIANA CARREIRO. Estadão. **Má alimentação prejudica a saúde de milhões de crianças em todo o mundo**. 2019. Disponível em: <<https://emails.estadao.com.br/blogs/comida-de-verdade/ma-alimentacao-prejudica-a-saude-de-milhoes-de-criancas-em-todo-o-mundo/>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

LIBERMANN, A. P.; BERTOLINI, G. R. F.; **Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar**. 2015.

LÍGIA FORMENTINI. Revista Exame. **Má alimentação aumenta risco para saúde de adolescentes**. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/adolescente-se-alimenta-mal-e-risco-a-saude-cresce/>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

MATTE, Alessandra; MACHADO, João Armando Dessimon. **Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil**. 2016. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3981/html>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

MOURET, Stefanie. **Revolução industrial no Brasil**. Disponível em: <[www.estudopratico.com.br/revolucao-industrial-no-brasil/](http://www.estudopratico.com.br/revolucao-industrial-no-brasil/)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

MUNARIM, Antonio; SCHMIDT, Wilson. **Educação do Campo** In.: Educação do Campo e as Políticas Públicas: Subsídios ao Dirigente Municipal de Educação. Florianópolis: Isabella Benfica Barbosa, 2014. Cap. 3. p. 53-54.

NÁDIA PONTES. Rba Rede Brasil Atual. **Quem produz os alimentos que chegam à mesa do brasileiro?** 2018. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/01/quem-produz-os-alimentos-que-chegam-a-mesa-do-brasileiro/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

PATRIOTA, Pollyanna.; **Alimentos ultraprocessados: como afetam a saúde.** Disponível em: <http://www.cren.org.br/blog/2018/05/17/alimentos-ultraprocessados/>. Acesso em 07 fev. 2020.

ROGERIO, Wagner. **Reflexão e ação: Aprendizagem e alimentação escolar.** 2015. Disponível em: <[www.emdialogo.uff.br/content/reflexão-e-acao-aprendizagem-e-alimentação-escolar](http://www.emdialogo.uff.br/content/reflexão-e-acao-aprendizagem-e-alimentação-escolar)>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ROSSETTI, Francini Xavier; WINNIE, Lowaiyee; SILVA, Marina Vieira da. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o desafio da aquisição de alimentos regionais e saudáveis.** 2016. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8647528/14848>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SANTA CATARINA. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina SC.. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural. **Uma Análise do Pronaf em Santa Catarina.** 2007. Disponível em: <[http://docweb.epagri.sc.gov.br/website\\_cepa/publicacoes/Pronaf\\_Avaliacao\\_Pronaf.pdf](http://docweb.epagri.sc.gov.br/website_cepa/publicacoes/Pronaf_Avaliacao_Pronaf.pdf)>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SANTOS, Christiane Fernandes dos et al. **A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar.** 2014. Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000200004&script=sci\\_arttext&tlnt=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-753X2014000200004&script=sci_arttext&tlnt=pt)>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SARON, Flávio de Arruda; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. **O PRONAF E AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL:** o desafio da (re)construção das políticas de apoio a agricultura familiar. 2012. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nivaldo/Publica%E7%F5es-nivaldo/2012/O%20PRONAF%20E%20AS%20POLITICAS%20DE%20DESENVOLVIMENTO%20RURAL.pdf>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

SCHNEIDER, Sergio; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura Familiar e Teoria Social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** [s.d. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/publicacoes/producaotextual/sergio-schneider/schneider-s-e-niederle-p-a-agricultura-familiar-e-teoria-social-a-diversidade-das-formas-familiares-de-producao-na-agricultura-in-faleiro-f-g-e-farias-neto-a-l-ed-savanas-desafios-e-estrategias-para-o-equilibrio-entre-sociedade-agronegocio-e-recursos-1>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SICOOB Cooperando. **Agricultura familiar no Brasil é a 8ª maior produtora de alimentos do mundo.** 2018. Disponível em: <<http://www.sicoobsc.com.br/cooperando/blog/noticias/agricultura-familiar-brasil-e-8a-maior-produtora-de-alimentos-mundo/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

**SILVA, S. P.; Agricultura Familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** Brasília: IPEA, 2015.

**TRICHES, R. M.; SCHNEIDER, S.; Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo á produção.** São Paulo, v.19, n.4, p. 933-945, 2010.

FNDE, Alimentação escolar e agricultura familiar. 24\_cartilha\_af\_e\_o\_pnae 4 pdf.

**SILVA, S. P.; A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas.** IPEA. 2015.

**VANDERLINDE, Rosângela Bonetti. Conexões entre produção alimentar local e educação no campo; reflexões sobre a alimentação escolar a partir de depoimentos de gestores públicos e educadores e agricultores de Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna.** 2016. 79 f. Trabalho de conclusão de curso- Curso de Educação do Campo, Educação do Campo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.